XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

PROPOSTA PEDAGÓGICA: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS, O QUE FAZEM AS PROFESSORAS

Luana Haruka Kawagoe
UEL – luana.haruka@gmail.com
Juliana Carbonieri
UEL – jucarbonieri@gmail.com
Maria Eliza Broto de Souza
IFPR – mebs9202@gmail.com
Cassiana Magalhães
UEL – cassiana@uel.br

Eixo 1: Educação e Infância

Resumo
O presente trabalho possui como objetivo central investigar a compreensão que os professores têm acerca das orientações presentes nos documentos oficiais. Este estudo foi iniciado no decorrer da disciplina de "Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Infantil", presente no currículo do 2º ano do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina. Ademais, estudos e discussões do projeto de pesquisa "Os impactos dos documentos oficiais para a organização do currículo na Educação Infantil no Brasil e em Portugal" fomentaram o enriquecimento e conclusão deste eixo. Para tanto realizamos duas entrevistas com professoras da Educação Infantil da rede do município de Londrina – PR, no intuito de perceber a compreensão das mesmas em relação às orientações presentes nos documentos oficiais. Os dados foram analisados articulando os dizeres das professoras com os documentos oficiais, como a Constituição Federal (BRASIL, 1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), LDB 9.394/69 (BRASIL, 1996), DCNEI - (BRASIL, 2010).

Palavras-chave: Proposta Pedagógica; Educação Infantil; Políticas Públicas.

Introdução

A proposta pedagógica da escola está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 - LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996) e tem como objetivo principal garantir a autonomia das instituições de ensino no que se refere à gestão de suas questões pedagógicas, administrativas e financeiras. Na prática, trata-se de um documento que define a linha orientadora de todas as ações da escola, desde sua estrutura curricular até suas práticas de gestão.

A construção da proposta pedagógica deve ser coletiva, com a participação de todos os membros da comunidade escolar. Ademais, a proposta possui uma intencionalidade e a mesma deve partir e refletir as

discussões coletivas dos problemas da escola e da comunidade na qual a mesma está inserida. Desta forma, a elaboração coletiva da proposta pedagógica garante que todos os envolvidos possam ser ouvidos, buscando assim, nessa coletividade, pensar em maneiras para que o processo pedagógico escolar (ensino e aprendizagem) seja cada vez mais efetivo para a comunidade escolar, com destaque aos alunos.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010), considera-se a Proposta Pedagógica como o plano orientador das ações da instituição. É nela que são definidos os objetivos e as metas que se pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educados e cuidados. Considerando o processo da elaboração da proposta como sendo uma produção coletiva, explicitam-se as concepções da instituição escolar acerca do processo de ensino e aprendizagem, e tudo o que está relacionado a ele.

Na elaboração da Proposta, deve-se considerar e respeitar a legislação vigente. No que tange à Educação Infantil, documentos oficiais como a Constituição Federal (BRASIL, 1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), LDB 9.394/69 (BRASIL, 1996), DCNEI - Resolução 05/2009 (BRASIL, 2010), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial (BRASIL, 2001) além da legislação vigente no município no qual a instituição escolar esteja presente. No caso do município de Londrina - PR, tem-se as legislações do Conselho Municipal de Educação de Londrina - Deliberação 02/16 – CMEL (LONDRINA, 2007a) Deliberação 03/16 – CMEL (LONDRINA, 2007b) e Deliberação 05/16 – CMEL (LONDRINA, 2007).

Considerando a importância da Proposta Pedagógica e seu processo de construção coletiva, a proposta deste trabalho é analisar as falas de duas professoras do município de Londrina - PR, buscando compreender como as ações propostas no documento são efetivadas no cotidiano da sua prática pedagógica e a compreensão que os professores têm acerca das orientações presentes nos documentos oficiais.

Metodologia

Este trabalho foi organizado na abordagem qualitativa, a qual Ludke e Andre (1985) descrevem como a obtenção de dados descritivos, a partir do contato direto do pesquisador com a situação pesquisada. Para além dos documentos oficiais e referências pesquisadas, foram realizadas entrevistas com duas professoras da Educação Infantil com o objetivo de perceber a compreensão destas em relação às orientações presentes nos documentos oficiais. De acordo com Ludke e Andre (1985), a entrevista é uma técnica que permite a captação imediata da informação desejada. Os dados foram analisados articulando os dizeres das professoras com os documentos oficiais, como a Constituição Federal (BRASIL, 1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), LDB 9.394/69 (BRASIL, 1996), DCNEI - (BRASIL, 2010).

Referencial teórico, Resultados e Discussão

A professora A é Pedagoga, formada pela Universidade Estadual de Londrina, com tempo de serviço de oito anos na rede, sendo 6 anos em Londrina e 2 em Cambé. Está, desde fevereiro de 2018, em uma escola de ensino fundamental que tem um anexo de educação infantil, que começou a funcionar no ano de 2018. No momento da entrevista, a professora estava regente em uma turma de P5.

A professora B é pedagoga, também formada pela Universidade Estadual de Londrina, começou a trabalhar no ano de 2018, regente em uma turma de C3. No momento da entrevista estava na área de contação de histórias do CMEI onde trabalha.

Iniciamos a conversa, questionando a professora A sobre o que ela entende por proposta pedagógica e qual a importância da proposta para a educação infantil, a mesma indicou que *"a proposta pedagógica é um documento que norteia todo o trabalho pedagógico da instituição"*, além disso, explicou que, sendo a educação infantil uma etapa da educação básica, ela tem importância igual às outras etapas porque "*ali vai estar estabelecido quem é a sua criança, qual que é a realidade em que ela vive, quais são os princípios*

do seu trabalho, o que vai nortear a prática, a teoria que vai estar pautado [...]”. Para a professora B:

> *A proposta norteia todo o trabalho que a escola realiza com as crianças. Ela determina os caminhos e objetivos que a escola irá aderir, [...] determina tudo o que a escola quer oferecer ao ensino e aprendizagem para os alunos daquela instituição (PROFESSORA B).*

Neste contexto, pode-se dizer que as professoras compreendem a importância deste documento e tudo o que está atrelado à ele, visto que, na proposta pedagógica deve estar presente todas as concepções que nortearão o trabalho educativo da instituição, e isto inclui o que a professora A fala sobre como entendemos quem é a criança que vai estar ali, qual a realidade que ela vive e todos os princípios que nortearão o trabalho com essa criança, e com a fala da professora B quando nos diz que a proposta determina os caminhos e objetivos que a escola irá oferecer.

Entretanto, quando questionadas se conseguiriam informar quais os documentos oficiais que fundamentam a elaboração da proposta da educação infantil, a professora A não soube responder com certeza, apenas indicou que sabe que existem as Diretrizes e informou que o que tem norteado o trabalho na rede municipal é o Caderno de Orientações que foi produzido pela Secretaria Municipal de Educação. A professora B, respondeu que o BNCC norteia a elaboração, e que recordava de outros, mas não conseguiria nomear. Neste sentido, compreendemos que as professoras não participaram efetivamente de nenhum processo de elaboração de Proposta Pedagógica, pois, entendemos que, enquanto um processo coletivo de construção, todos os participantes deveriam ser capazes de informar os documentos que sustentam a proposta elaborada.

Desta forma, pensamos em algumas questões para entender como ocorre a relação das professoras com a proposta pedagógica, e com isso verificamos que a Professora A não participou da elaboração da proposta, mas estava ciente de que houve uma realimentação da mesma, feita apenas pela gestão, quando questionamos sobre a participação dos professores, recebemos como resposta que existe um grande desinteresse da parte dos

professores, além de se ter pouco tempo para poder fazer parte desse momento. Referente a mesma questão, a professora B disse também não ter participado da elaboração e que a falta de incentivo da gestão é um grande fator, mas que cada um deve ter o seu compromisso com a aplicação da proposta pedagógica. Além disso, questionamos se havia sido feita a leitura do PPP da escola, ambas responderam que não fizeram, e que ninguém recomendou a leitura.

Questionamos a professora A se a escola que ela estava atuando proporcionava esse tempo para participar da elaboração da proposta e ela indicou que não. Explicou que, o que tem na escola são as práticas pedagógicas, uma vez por mês, que fica dividida entre assuntos administrativos e assuntos pedagógicos. Um dos motivos que a professora alega para essa falta de tempo é a questão da retirada dos supervisores. Na avaliação da professora, isso dificultou as práticas pedagógicas. Além disso, a mesma alegou que os assuntos das práticas daquele ano ficaram em torno da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) e o Londrina Mais. Sendo assim, percebe-se que em nenhum momento das práticas pedagógicas o assunto foi direcionado à elaboração ou realimentação da proposta pedagógica. Ainda, a professora B, disse que o CMEI não disponiliza tempo e espaço para esta ação, inclusive acrescenta que existem funcionários específicos para participar da elaboração e da realimentação do PPP.

Nesse contexto, o item da proposta pedagógica que prevê a auto avaliação da instituição e que servirá de base para o ajustamento da proposta pedagógica parece não estar sendo efetivado. Nesse caso, os ajustes ficam apenas na superfície do documento, não sendo realmente analisado os que deve ser melhorado e/ou mantido no quesito didático da proposta. As instituições escolares devem ter autonomia e devem prever um tempo necessário ao estudo, e não somente discussões burocráticas. Desta forma, deve estar previsto na proposta, como será o tempo de dedicação ao estudo da teoria que sustenta a prática pedagógica.

Sobre a prática cotidiana, questionamos a professora de que maneira ela organiza e planeja suas atividades ao longo do ano. Assim como consta no Caderno de Orientações do Município (LONDRINA, 2018), a

professora trabalha com a metodologia de projetos. Perguntamos então a respeito da escolha do tema e a resposta foi a seguinte:

> *Eu observo e percebo uma área de interesse da criança e eu tento propor para elas nos momentos da rotina, nas rodas de conversa, eu coloco em pauta o assunto e vou colhendo as informações através da sala. Primeiro observo, depois eu coloco em pauta um tema e vou colhendo essas informações através da fala deles. Só que sempre um ou dois falam e os outros pegam gancho - Ah, isso é legal, isso, isso, isso... então eu vou conduzindo dessa forma [...] (PROFESSORA A).*

A professora B, por estar atuando na contação de história disse que adapta cada história de acordo com a faixa etária e procura envolver as crianças conforme o interesse da turma, de maneira que *"[...] você precisa primeiro, conhecer a história, se preparar para contar a história, gostar de contar, porque você se envolve com o momento, acaba sendo mais prazeroso e muito mais produtivo e proveitoso"* (PROFESSORA B).

Um dado importante que foi levantado pela Professora A é sobre a autonomia de escolher, junto de suas crianças, o seu projeto. Geralmente, há um tempo de duas semanas conhecendo e conversando com os alunos para então, somente depois desse período, elaborar o projeto que será trabalhado no decorrer do ano. Contudo, um alerta foi feito em relação à escola que está atualmente. Por ser um anexo de escola de ensino fundamental, é o primeiro ano que a escola trabalha com essa metodologia de projetos para educação infantil, então, a professora ficou responsável por colaborar com os demais professores. A mesma relatou que pensou em um projeto logo no início do ano para englobar os demais professores da escola, porque as crianças que chegavam na escola (do P5), falavam que queriam ler e escrever.

Então a proposta foi englobar todas as turmas de P5 (três turmas), visto que todas as crianças queriam aprender a ler e escrever. Porém, a professora relata que começou a perder o foco porque houve a divisão de planejamento (ou um planejamento conjunto) e com isso ela percebeu que começou a aparecer muitas atividades de material impresso, o que fez com que ela entrasse em "conflito" com essa forma de trabalhar, visto que, das três

professoras do P5, somente ela era exclusiva da educação infantil, as demais eram também do ensino fundamental, o que pode explicar o “adiantamento” de conteúdos por meio dessas atividades impressas.

Assim, a professora buscou elaborar um outro projeto com as crianças. O que fez ela pensar nesse novo projeto foi a inclusão de um aluno com necessidades educativas especiais. Ela informou que precisou pensar em algo para poder incluir esse aluno e, por isso, ela pensou em um projeto de jogos e brincadeiras, porque o aluno gostava muito de mexer nos objetos. Nesse sentido, a professora conseguiu colocar na brincadeira, algumas coisas de alfabetização e linguagem escrita que era o que as crianças queriam.

Conforme a DCNEI (BRASIL, 2010, p. 30), deve haver uma articulação com o ensino Fundamental:

> Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no ensino fundamental.

Neste caso, percebemos o quanto a Professora A se preocupa com essa questão, visto que a mesma se incomodou bastante quando as demais professoras (que atuam nas duas etapas) começaram a trabalhar com atividades impressas para iniciar a alfabetização mecânica das crianças no P5. Acreditamos que, parte dessa consciência vem das leituras e dos estudos proporcionados pela Secretaria Municipal de Educação de Londrina, do decorrer das práticas pedagógicas.

Quando questionamos sobre como a Diversidade, prevista no item 8 da DCNEI (BRASIL, 2010) era trabalhada em sala, a Professora A respondeu que utiliza mais em relação a diversidade racial, e agora, por conta do aluno novo, com Transtorno do espectro do autismo, também aborda a diversidade em relação às crianças com necessidades especiais. Tendo um tempo que trabalhou também em relação aos idosos, e a cultura indígena. Dizendo também que quando era obrigatório, no sentido de que duas vezes por mês um trabalho voltado a diversidade tinha que ser feito e ter relatório, era

mais objetivo, agora não tendo mais essa visão rigorosa sobre o assunto, considerou como se *"tudo isso eu faço meio que por tabela".*

Perguntamos também se a mesma sentia necessidade de trabalhar a diversidade, e como resposta obtivemos que *"Para falar bem a verdade, eu nunca senti a necessidade de trabalhar porque as crianças, não se apegam a esses detalhes, é muito difícil uma criança preconceituosa [...]"*, agora que eu tenho um aluno de necessidade especial em sala, estou sentindo a necessidade de ir conversando, ir mostrando as diferenças porque as crianças começaram a isolar ele". Referente ao mesmo assunto, a Professora B disse que trabalhar diversidade hoje é uma *"necessidade geral por conta da inclusão, sendo assim necessária dentro da sua sala de aula de acordo com a idade da maneira mais acessível possível, de maneira lúdica".*

Nesse sentido, compreendemos que ambas estão trabalhando a diversidade, contudo, a maneira como a Professora A está conduzindo o trabalho com a Diversidade e os demais princípios (éticos e políticos), não está de acordo com a DCNEI (BRASIL, 2010). Mesmo que esteja trabalhando a questão corporal, deixando de lado os demais aspectos dos princípios estéticos, por não ter o domínio e não saber *"muito bem como funciona"* - o que é um indicativo de uma possível "falha" na formação inicial do professor pedagogo - se não há o trabalho sobre a questão racial ou de gênero, simplesmente por não achar "necessário", isso nos indica que, ao planejar suas aulas, a professora não levar em consideração a documentação oficial, e acaba priorizando aquilo que ela tem maior domínio, que neste caso, especificamente, não parece ser as questões éticas de "respeito às diferentes culturas, identidades e singularidades" (BRASIL, 2010, p. 16).

De acordo com a DCNEI (BRASIL, 2010), as propostas pedagógicas, bem como o trabalho educativo das Instituições de Educação Infantil devem respeitar os princípios éticos, políticos e estéticos. Esses princípios podem ser trabalhados de maneira concomitante, ou seja, ao mesmo tempo em que pensar em um aspecto ético, pode-se trabalhar o aspecto estético, exercer os direitos de cidadania e assim por diante.

Em relação à proposta pedagógica e Diversidade, o documento da DCNEI (BRASIL, 2010, p. 21) indica que as instituições de Educação Infantil

deverão prever condições para o trabalho coletivo e para organização de materiais, espaços e tempos que assegurem:

> O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação;
> A dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência - física ou simbólica - e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes.

Observando algumas questões que abordam os eixos do currículo ‘interações e brincadeira’ (BRASIL, 2010, p. 25-6), as práticas pedagógicas devem garantir experiências que:

> Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;
> Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;
> [...]
> Promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;
> [...]

Pensando nessas questões, perguntamos à Professora A de que maneira ela pensava nesses princípios, ao planejar e realizar as práticas com suas crianças. A mesma relatou que gosta de trabalhar com desenhos, além do uso de “cantos de arte”, e também de releituras corporais da obra de arte, procurando trazer alguns artistas como Ivan Cruz, que retrata as brincadeiras, para que as crianças possam observar e sentir. Em relação à música, por falta de conhecimento e apropriação, pouco acaba sendo trabalhado, “*eu gosto muito de pôr música só pra eles curtirem, alguns estilos que eles não estão acostumados*”.

Percebe-se que, mesmo sem ter o domínio das artes e de musicalização, a professora promove para seus alunos a interação com diversas formas e manifestações de música. Ademais, a professora A relatou

que *"[...] quando trabalho a música procuro mais no sentido deles sentirem, ouvirem e, às vezes, eu trago a música para incluir o movimento, trabalhando o ritmo, a letra e o movimento que vem como uma brincadeira de roda"*. Neste sentido, acreditamos que a professora busca trabalhar as a várias formas de expressões, e especialmente, o movimento, mesmo não tendo para si, de maneira clara, os princípios estéticos dos quais deveria trabalhar.

Ainda sobre o mesmo assunto, a Professora B disse que *"tento adaptar nas atividades de rotina explorando todas as oportunidades, [...] cantar música ao escovar os dentes ou chamar atenção dos alunos. Se eu percebo que as crianças estão entediadas eu tento criar alguma brincadeira para chamar atenção delas"*

Conclusões

Considerando a documentação oficial que sustenta as propostas pedagógicas das Instituições de Educação Infantil e que devem nortear o trabalho educativo de toda equipe (gestão e professores), juntamente com a conversa que tivemos com as professoras, pudemos perceber a importância da formação inicial e continuada dos profissionais, e como a falta de tempo para estudos afeta toda a prática pedagógica.

Entendemos que há falhas na formação inicial que causam prejuízos, no sentido de como (ou o que) trabalhar para efetivar os princípios que regem a Lei. Por mais proativa que a pessoa seja, algumas questões só podem ser resolvidas se a professora tem apropriação da teoria que sustenta a sua prática. Nesse sentido, os documentos oficiais não foram adequadamente apropriados.

Contudo, ressaltamos que parte desta questão poderia ser resolvida se a gestão da Instituição fosse conduzida de maneira democrática, com a efetiva participação de todos da comunidade escolar. Portanto, a formação continuada é de extrema importância para abrir possibilidades de aprendizado, sempre buscando melhorar a prática pedagógica.

Os dados mostraram que apesar das dificuldades encontradas, dos equívocos revelados nos dizeres, as profissionais buscam apropriar-se da

Teoria Histórico-Cultural (que é a Teoria que embasa o Caderno de Orientações do Município de Londrina - PR), e ainda procuram alternativas de estudo e aperfeiçoamento.

Agradecimentos

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Presidência da República. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. 1988. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em outubro, 2018.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2010. Disponível em: http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf Acesso em outubro, 2018.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf Acesso em outubro, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc/>. Acesso em: abril, 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB Lei Nº 9.394/96. 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em outubro, 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.069/1990.Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em outubro, 2018.

LONDRINA. **Caderno de orientações para o trabalho pedagógico na Educação Infantil.** Secretaria Municipal de Educação. Gerência de Educação Infantil, 2018. Disponível em: http://www.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_educacao/ed_infantil/cad_orietacoes_edinf-18-2.pdf Acesso em: 17 out. 2018.

LONDRINA. **Deliberação 02/2007**. Conselho Municipal de Educação de Londrina. Disponível em: http://www.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/cmdca/deliberacoes/2007/deliberacao002.pdf Acesso em: 15 out. 2018.

LONDRINA. **Deliberação 03/2007.** Conselho Municipal de Educação de Londrina. Disponível em: http://www.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_educacao/CMEL/deliberacao_reg_ens_9_anos_003_07.pdf Acesso em 15 out. 2018.

LONDRINA. **Deliberação 05/2007**. Conselho Municipal de Educação de Londrina. Disponível em: http://joomla.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_educacao/CMEL/deliberacao_%20005_%202007_%20afro_alterada.pdf Acesso em 15 de out. 2018.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: Abordagens qualitativas. São Paulo: Editora EPU. 1986.